

SUMÁRIO

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	27
1. OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A MODELAGEM DO NOVO SISTEMA LEGISLATIVO	33
1.1 Regime jurídico e características dos contratos administrativos.....	39
1.2 O contrato verbal, o regime de suprimento de fundos e a despesa de pequeno vulto	43
1.2.1 A utilização do regime de suprimento de fundos e as regras relativas ao fracionamento de despesas	48
1.3 A convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada de termo equivalente	51
1.3.1 Efeitos da recusa injustificada.....	59
1.4 Da lavratura dos contratos	59
1.5 Das cláusulas necessárias em todo contrato administrativo.....	62
1.5.1 Cláusulas regulamentares e cláusulas financeiras: uma essencial distinção.....	63
1.6 Do foro competente	106
1.7 Da verificação de pendências ou período de cura.....	107
1.8 O adimplemento da obrigação contratual	108
1.9 Da cessão de direitos patrimoniais	112
1.10 Da publicidade na nova lei de licitações e contratos administrativos.....	113
2. DAS GARANTIAS	121
2.1 Tipos e modalidades	122
2.3 Da modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.....	125

2.4.1	O seguro-garantia com cláusula de retomada ou <i>performance bond</i>	133
2.4.2	Garantia de qualidade das obras públicas: nova disciplina	135
2.5	Da modalidade fiança bancária ou carta fiança.....	137
2.6	Da modalidade título de capitalização	140
2.6.1	A matemática do resgate, como compreender?.....	146
2.7	Extinção da garantia	147
2.8	Pontos de alerta para fiscais e gestores.....	150
2.9	Como executar a garantia (modalidade seguro-garantia)	154
2.9.1	Modelo de cláusula de garantia de execução contendo a modalidade título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, De 2023).....	157
3.	DA ALOCAÇÃO DE RISCOS	163
3.1	Conceito de risco.....	163
3.2	O processo de gestão de riscos	164
3.3	Análise de riscos no metaprocesso de contratação	167
3.4	Qual seria o instrumento materializador do gerenciamento de riscos?.....	169
3.5	Prática – análise de um risco.....	171
3.6	Da alocação dos riscos	176
3.6.1	Conhecendo a expressão “alocar riscos”	176
3.7	Consequências de uma elaboração equivocada da matriz de risco	181
3.7.1.	Modelo de Cláusula Contratual	182
4.	DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	185
4.1	Mesmas prerrogativas, novos tempos!.....	185
4.2	Princípios e consequências.....	188
5.	DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS	193
5.1	Contratos com duração de até cinco anos.....	195

5.1.1	Como interpretar a questão da contagem do prazo para extinção sem ônus?	197
5.2	Prorrogações sucessivas e prazo decenal para contratos de serviços e fornecimentos contínuos.....	202
5.3	Contratos celebrados com duração de até dez anos	203
5.4	Contratos celebrados com duração indeterminada	203
5.5	Contratos celebrados com duração de até 35 anos.....	204
5.6	Prorrogação automática para os contratos por escopo.....	205
5.6.1	Como interpretar a autorização contida no §5º do artigo 115	208
5.7	Contratos firmados sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado	210
5.8	Contrato de operação continuada de sistemas estruturantes	210
5.9	Como está a sua preparação para o acompanhamento desses contratos?	211
5.10	Modelo de cláusula contratual	212
6.	DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	217
6.1	O dever de fiel cumprimento das cláusulas contratuais.....	217
6.2	Atividades relacionadas ao acompanhamento da execução dos contratos.....	219
6.3	O impacto da governança das contratações no acompanhamento dos contratos	228
6.4	Relevantes questionamentos	230
6.4.1	Quem pode ser fiscal de contratos?	230
6.4.2	Quais são os requisitos necessários à designação?.....	231
6.4.3	É possível recusar a designação?.....	232
6.4.4	Quem é o terceiro e o que ele faz?	233
6.4.5	Quem é o preposto e quando ele deve ser indicado?.....	234
6.4.6	É possível criar gratificação para fiscais e gestores de contratos?	235
6.5	Aviso público de obra paralisada.....	240

7. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS	251
7.1 Das alterações unilaterais	252
7.2 Das alterações por acordo entre as partes ou consensuais.....	256
7.3 Ausência de limites para as alterações consensuais	257
7.4 Alteração qualitativa consensual e excepcional – breve análise da, ainda em vigor, decisão do Tribunal de Contas da União-TCU nº 215/1999.....	259
7.5 Importante alteração da orientação normativa nº 50 da AGU....	261
7.6 Exemplos para melhor aplicação dos entendimentos do TCU e da orientação normativa nº 50 da AGU	268
7.6.1 Como obter o valor inicial atualizado do contrato?	268
7.6.2 Como gerenciar as alterações contratuais considerando-se isoladamente o conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões?	268
7.6.3 Como aplicar o limite legal permitido para alterações em contrato derivado de licitação com critério de julgamento de menor preço por item e adjudicação por item?.....	269
7.6.4 Ainda considerando o exemplo acima, seria possível uma supressão total (consensual) do item 5 e utilização do valor suprimido para crescer nos dois outros itens?	270
7.6.5 Como tratar o limite das alterações em contrato derivado de licitação com critério de julgamento de menor preço global e adjudicação global?	270
7.6.6 Estudo de caso 1	271
7.6.7 Estudo de caso 2.....	273
7.7 Atualizações contratuais para obras e serviços de engenharia	276
7.8 Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos (reajuste, revisão e repactuação).....	279
7.8.1 Do reajustamento dos preços.....	281
7.8.2 Da não fixação pela Lei nº 14.133/2021 da anualidade do reajuste em sentido estrito para os contratos serviços não continuados e de fornecimento.....	286
7.8.3 Forma de concessão do reajuste em sentido estrito	299

7.8.4	Da revisão dos contratos.....	301
7.8.5	Da repactuação dos preços	304
7.8.5.1	Passos essenciais para instruir um pedido de repactuação	307
7.9	Preclusão do direito à revisão contratual e ao reajuste em sentido estrito.....	309
7.9.1	Preclusão, dever de alerta ao contratado e boa-fé.....	311
7.10	Da antecipação dos efeitos da alteração contratual.....	313
8.	DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	319
8.1	Sistemática da Lei nº 14.133/2021	321
8.2	Extinção por parte do contratado	323
8.3	Modalidades de extinção da relação contratual	324
9.	DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.....	329
9.1	Formas de recebimento do objeto.....	330
9.2	Simple entrega e recebimento provisório	331
9.3	A quem compete receber provisória e definitivamente o objeto do contrato?.....	332
9.4	Prorrogação dos prazos e responsabilidades.....	333
9.5	Dispensa do recebimento provisório	334
10.	DOS PAGAMENTOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	339
10.1	A nova lei e a ordem cronológica dos pagamentos	339
10.2	Da alteração ou quebra da ordem cronológica dos pagamentos...	340
10.3	Da regulamentação no âmbito federal – Instrução Normativa Se- ges/ME nº 77/2022.....	342
11.	DA NULIDADE DOS CONTRATOS.....	349
11.1	Superando a concepção de que a nulidade seria a regra	350
11.2	O consequentialismo na LINDB	351
11.3	Da nulidade na Lei nº 14.133/2021.....	352

12. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	357
12.1 Utilização dos métodos de resolução de controvérsias.....	360
12.2 Entendimento da agu acerca da adoção do instituto da arbitragem aos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021	362
13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	367
13.1 Deficiências e avanços.....	369
13.2 Da proporcionalidade e da razoabilidade para aplicação das sanções.....	370
13.3 Das sanções na Lei nº 14.133/2021	372
13.3.1 Da sanção de advertência	373
13.3.2 Da sanção de multa	375
13.3.2.1 Da multa moratória	376
13.3.2.2 Da multa compensatória.....	380
13.3.2.3 A multa do artigo 50 da Lei 14.133/2021: Uma breve e necessária reflexão.....	382
13.3.3 Da sanção de impedimento de licitar e contratar	387
13.3.3.1 O impedimento de licitar e contratar, a ausência de análise jurídica prévia e a reabilitação do licitante ou contratado.....	389
13.3.4 Da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.....	390
13.4 Da dosimetria	394
13.5 Comunicação entre a disciplina das sanções da Lei nº 14.133/2021 E o regime de combate à corrupção da Lei nº 12.846/2013.....	398
13.6 Da condução do processo sancionatório para aplicação de impedimento de licitar ou contratar e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	400
13.7 Da prescrição da pretensão punitiva	401
13.8 Da desconsideração da personalidade jurídica	401
13.9 Do registro e da publicidade das sanções	402
BIBLIOGRAFIA.....	403